

KALUNGA – A SAGRADA TERRA*

Mari de Nasaré Baiocchi

Resumo

A autora estuda o quilombo dos Kalunga – que denomina terra sagrada – e cuida da metologia na abordagem do tema: as festas e a religiosidade desse quilombo situado no Estado de Goiás, os grilos e tentativas de grilos nas suas terras e a imprescindibilidade de sua urgente demarcação.

Palavras-chave: Direito Agrário; Quilombos; Kalungas.

Kalunga – a sagrada terra

A presente comunicação divide-se em duas vertentes, nas quais abordarei algumas questões derivadas de um longo trabalho e estudos da temática (1967-1995) e apresentarei os Kalunga (GO).

A bibliografia brasileira registra um número pouco expressivo de trabalhos dedicados aos estudos dos quilombos,¹ porém, nas últimas décadas, destacam-se as pesquisas arqueológicas desenvolvidas por Funari (1992) e Magno (1992), respectivamente, sobre os quilombos de Palmares (Alagoas) e Abrósios (fronteira de Minas Gerais com Goiás, norte); e sobre “o negro em condições de vida rural”², já com dezenas de publicações entre teses, artigos e livros publicados – Baiocchi (1983), Queiroz (1983), Monteiro (1985), Vogth e Fry (1981-1983), Gusmão (1990), Leite (1990), Bandeira (1988), entre outros. Porém se a etnografia se amplia, as questões conceituais, tais como “comunidade negra”, “agrupamentos isolados”, “identidade”, “quilombo” etc. estão a merecer um tratamento e urgentes definições. Quanto à necessidade de estudos comparativos e da organização social do negro no mundo rural, constata-

* Comunicação à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

1 Rodrigues, Nina. 1977, Clóvis Moura: 1981, Edison Carneiro: 1966, Décio Freitas: 1973.

2 Pereira, João Baptista Borges Pereira: 1981.

mos que esses apenas se iniciam, apesar dos esforços dos quantos pesquisadores e dedicados desbravadores dos estudos de populações afro-brasileiras. Destaco os esforços realizados pelo GT – Temas e Problemas das Populações Negras no Brasil – ANpocs 1982/1989 e MInc/ Fundação Palmares, realizando dois seminários de âmbito Nacional, o primeiro promovido pelo NEab/UFal³ o segundo, pelo MInc/ UFG.⁴

A questão quilombo transcende a questão histórica, a arqueologia, ou quiçá a própria antropologia. A importância (Clóvis Moura: 1981) do quilombismo representa referencial para a trajetória do africano em terras brasileiras no processo escravocrata, notadamente a resistência pela liberdade, sua contribuição à formação do povo brasileiro e à necessidade de solidariedade para a sobrevivência em um país continental. Diga-se, de passagem, que a história brasileira registra apenas dois movimentos sociais que se ampliaram em todo o território nacional e tornaram-se permanentes, o movimento pela independência do Brasil (1822) e o movimento quilombola, que inicia-se no século XVII com Palmares e somente fecha seu ciclo de luta nas últimas décadas do século XIX, com a abolição da escravatura (1888). Os testemunhos históricos-físicos chegaram até nossos dias: Kalunga, Barreirinho etc.

Portanto, o quilombo como forma organizacional,⁵ o movimento quilombola, registra-se como o mais longo fato histórico, com duração de 258 anos (1630, Palmares – 1888, abolição). Da ilha do Marajó à região continental do Amazonas, passando por Mato Grosso, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo, atinge o Rio Grande do Sul e pontilha o solo nacional. Assim, os quilombos formados transplantam para o Brasil, para a América Latina (Movimentos dos “Cimarrones”)⁶ África,

3 Seminário Nacional Sobre Sítios Históricos e Monumentos Negros (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/Universidade Federal de Alagoas), 1988.

4 Seminário Nacional sobre Sítios Históricos e Monumentos Negros (Minc/ Fundação Palmares/Universidade Federal de Goiás), 1992. Realizado com a participação da Associação Brasileira de Antropologia, ABA, gestão Dr. Sílvio Coelho dos Santos, de representantes da Associação Povo da Terra – APT, Ibama, Furnas S.A., militantes do Movimento Negro e 18 universidades (vide relatório encaminhado à ABA).

5 In Negros de Cedro, p.30-1. Baiocchi: 1983. Bibliografia.

6 Levantes e fugas semelhantes aos quilombos ocorridos na Venezuela, país latino-americano. Descritos por Jesus Blanco Sojo. Bibliografia.

quando ocupam espaços e recriam a cultura a partir do espaço e brasileiro.

Apesar das tentativas de desarticulação dos quilombos e dos massacres ocorridos (haja visto Palmares e Ambrósios), eles se rearticulavam, ocupando outros territórios; quilombolas originários formavam cidadelas a partir dos primeiros acampamentos. Em lugares distantes, migrando sempre que necessário, reorganizam-se com o apoio dos cidadãos, comerciantes, alforriados ou escravos. Tal ocorreu em Barreirinho, no vale do Jequitinhonha, norte do estado de Minas Gerais.

Significado e metodologia

Kalunga, palavra bantu, é sinônimo de divindade. Câmara Cascudo, em seu *Dicionário de folclore brasileiro*, alinha no verbete, 14 significações.⁷ Já para os habitantes do Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois, Vão das Almas, Contenda e Kalunga, é nome de uma planta. A população dos municípios limítrofes do hoje sítio histórico e a sociedade regional goiana denominam-se genericamente Kalunga, o que não coincide com a nomenclatura local. Cada conjunto (moradias) de moradores se identifica com o nome geral dado a cada “município”⁸ ou ainda onde reside o grupo familiar a que pertence, dividido em clãs e linhagens (capítulo II, *Kalunga – povo da terra*). Os municípios são em número de cinco, subdivididos em uma centena de localidades (Baiocchi, 1986).

Na medida em que a ciência antropológica busca novos caminhos para os estudos afro-brasileiros e do mundo rural, como importante espaço onde os africanos e seus descendentes retificaram suas vidas e sobreviveram, a questão metodológica impõem-se; porém, deve adequar-se às realidades locais. Os Kalunga remete-nos à África quando o isolamento geográfico e cultural possibilita a retificação das tradições e costumes. Metodologicamente são vistos como descendentes de escravos, que, à deriva da sociedade institucional, constroem uma cultura própria, tendo como parâmetro sua história de grupo “isolado” (1981). Como especificidade, põem em pauta a discussão da historicidade dos quilom-

7 Câmara Cascudo: 1972.

8 Os Kalunga apropriaram-se da nomenclatura “município” para designar o conjunto de moradores.

bos, como luta, resistência e/ou lugar de moradia e construção de uma nova vida, como também não se esgota como “lavrador negro” e “comunidade negra isolada no mundo rural” (Comunicação Anpocs/1982, GT – Temas e Problemas das Populações Negras do Brasil).

Os Kalunga

O território denominado Kalunga pela lei estadual n.º 11.409, de 21 de janeiro de 1991, baseou-se no *Relatório Técnico-Científico* que, entre outros referenciais apresenta o Memorial Descritivo da Área para o Tombamento do Sítio Histórico”. A área Kalunga com seus cinco “municípios” – Vão de Moleque, Ribeirão dos Bois, Vão das Almas, Contenda e Kalunga – ,abrange um total de 202 mil hectares e localiza-se nos municípios goianos, de Cavalcante, Monte Alegre e Terezinha de Goiás, ocupando principalmente as margens do rio Paranã, montanhas e várzeas dos afluentes do mesmo rio que, no período chuvoso, transbordam, possibilitando as colheitas – em uma área apenas 35% agricultável – para uma população de 600 famílias e mais de 3.600 pessoas.

As serras, vales e morros de uma região acidentada compõem, com a rede hidrográfica do vale do rio Paranã, o território Kalunga, e, em geral, a nomenclatura local segue a geográfica (Baiocchi: 1986). Apesar das lendas, ali estão os Kalunga, no extremo norte do estado de Goiás, fronteira com o estado do Tocantins, prosseguindo a maravilhosa aventura da vida e da cultura.

No decorrer das pesquisas na região Kalunga tivemos que desdobrar o projeto inicial¹⁰ para resgatar a memória histórica, principalmente a dos Kalunga.

Como o silêncio perpassa a história oficial na notificação de movimentos de resistência escrava, lutas, fugas e formação de quilombos, tornou-se necessário um projeto especial para a realização de pesquisas em fontes primárias (arquivos) pois, o que se apresenta sobre esse magno tema não leva a conclusões elucidativas no estado de Goiás. Porém, a própria existência das comunidades denominadas Kalunga testemunha que

¹⁰ Projeto Kalunga – Povo da Terra (projeto inicial), subprojeto Resgate Histórico dos Quilombos, 1991-1994. Participantes: Cleyde R. Amorim, Carlos Siqueira, Elisa Crispim B. Paulino, André Dafico Crispim. Coordenadora: Mari de Nasaré Baiocchi.

o africano, mesmo na condição de escravo, lutou tenazmente para a sobrevivência, construindo uma forma de vida na qual pudessem realizar o exercício da liberdade e da solidariedade como normas éticas.

Na década de 1630 instalam-se as Mynas do Tocantins. Nasceram as cidades de Cavalcante (1740) e Santo Antônio do Morro do Chapéu (1769), hoje Monte Alegre, entre outras, onde se instalam minerações como a de Boa Vista, próximo ao rio Paranã. A história oral registra quando tudo começou, os primeiros moradores, as migrações sucessivas, a posse da terra, a miscigenação com o indígena. “Existia uma mina de ouro ali bem perto, nessa mina trabalhavam muitos escravos. O nome da mina é Boa Vista, fizeram um rego grande pra levar água até a mina. Eram maltratado, o trabalho era por demais”. “O primeiro povo morador é o do Kalunga, os Pereira que chegaram, aqui tinha era índio”.

“A Contenda passou por três mulheres, é terra doada de madrinha. As Areias tem caminho real onde passava o *home do oro*, o fiscal que realizava a cobrança dos impostos, a captação para o governador”. “O Sucury é mais novo de terra comprada”. “O Vão do Moleque, Vão das Almas veio depois. O Ribeirão foi o último”. “O cumpadre (índio) morava aqui. As moça passava, nós com eles ficava amigo”.

Assim, começamos a estruturar a história do povo Kalunga, a partir dos depoimentos dos moradores, ao mesmo tempo que buscamos subsídios em fontes primárias (arquivos).

Kalunga, núcleo inicial, e o Clã Pereira, os pioneiros povoadores dos Vãos das Serras, localizam-se entre o Riachão e Tinguizal, no caminho da Serra da Ursa, à margem direito do rio Paranã. Embora não verbalizem a existência de um quilombo, a ocupação espacial indica resistência calculada.

Para os moradores das serras, o “perigo” da escravidão não passou. Quando lá chegamos, em 1982,¹¹ fomos confundidos com militares disfarçados, não se estabelecendo de imediato a hospitalidade própria dos Kalunga, criando-se um clima até certo ponto tenso, inicialmente, entre nós e a população. Acreditavam que a “escravidão”

11 Projeto Kalunga – Povo da Terra. Participantes: Luiz Elias, fotógrafo; Wânia Alencastro Veiga, arquiteta; Omar Carneiro Filho, assistente de pesquisa; Mari de Nasaré Baiocchi, antropóloga coordenadora do Projeto Kalunga (1981-1995) e Artigo in *Revista Presença* – outubro 1988, Goiânia-GO. “Como nasceu o Projeto Kalunga”.

havia chegado e que “seriam presos e levados embora dali”. A “escravidão” é encarada como um fato que pode se repetir.

Sob o testemunho dos que nos receberam em 1982, ficamos sabendo que nunca esperavam “um povo desse chegá ali e se chegô foi por Deuzo”.¹² Essas palavras de uma moradora do Riachão arrefeceu os ânimos e daí em diante, convivemos com as comunidades, desenvolvendo laços de amizade e respeito.

Naquela ocasião, foi-nos dito que nosso grupo representava “os primeiros a chegá-lá”. Mais tarde constatei a presença de um religioso¹³ fazendo a desobriga no Sucury, além de ciganos vendendo tachos e animais, tropeiros com muar para troca, um professor, a Sucam e a Coluna Prestes (depoimento de arquivo). No entanto fiquei ciente de que “nenhum de fora” percorreu toda a região e de que, sobre aquela população pouco se sabia.

Não havia, antes de nosso trabalho, referência histórica ou geográfica, e as informações apontavam a existência de “umas duas ou três famílias”, que não passavam de umas 50 pessoas, no máximo (Comunicação ao VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciência Social – Anpocs, 1982). As populações da Contenda, Vão das Almas, Vão de Moleque e Ribeirão dos Bois (também conhecido como Ribeirão dos Negros) já mantinham contatos intermitentes com os municípios vizinhos para levar farinha e trazer sal e querosene, e contavam com a presença de políticos e religiosos em suas festas.

Depoimentos confirmam viagens adversos municípios goianos e a outros na Bahia. Frequentavam ainda as romarias e algumas festas religiosas nos municípios mais próximos – Monte Alegre, Arraias e Cavalcante –, levando farinha para a troca por sal e querosene, que usam para iluminação. Até os dias atuais, o muar representa meio de locomoção de pessoas e mercadorias.

12 PSR. Depoimento gravado. Arquivo.

13 Depoimento de Arquivo. Gravações.

Festas – religiosidade

Vários foram os momentos e oportunidades em que discuti o tema, porém destacarei dois apenas.

Em 1990, sob o nome de Espaço Africano – Santo Católico,¹⁴ apresentei um ritual praticado pela população Kalunga, a Festa ou Romaria de São João, sob a ótica de um sincretismo necessário para a reprodução histórica e das relações sociais; isto é, o sincretismo encarado como forma de reproduzir o histórico no nível das relações sociais; um sistema, um corpo de ações variáveis, permeando o consciente/inconsciente. Mais tarde, em 1992, relatei a Festa do Moleque, evento que realiza-se no Vão do Moleque, município de Cavalcante.

A Festa do Moleque¹⁵ reúne cerca de 2 mil pessoas e encerra um ciclo. Representa o momento em que a comunidade Kalunga (o molequeiro, o morador de Almas ou do Ribeirão, da Contenda ou da Kalunga) realiza o encontro com o “povo de fora” – religiosos, políticos, comerciantes etc.

O império que se estabelece louva a São Gonçalo do Amarante, Senhora do Livramento e São Sebastião. É o momento da afirmação da identidade molequeira–Kalunga. O império propicia a prática coletiva da religiosidade, ao mesmo tempo que estabelece a convivência social necessária à reprodução cultural do grupo. O espaço sagrado construído para o império abriga a cerimônia maior, com vários rituais (Turner, 1974): novena, levantamento de São Gonçalo e São Sebastião e sussa.

A Romaria do Moleque, o império do Moleque, a Festa do Moleque. Vários são os nomes da grande reunião realizada nos dias 14, 15 e 16 de setembro, na capela, para louvar São Sebastião, viabilizar o reinado de Nossa Senhora da Conceição e império de São Gonçalo do Amarante, sucessivamente. A festa é precedida pela novena da Senhora do Livramento, iniciada no dia 5 e concluída a 13 de setembro.

No dia 14 à noite, após a novena, eleva-se a imagem de São Sebastião em um mastro de pindaíba (madeira). A fogueira já crepita e os participantes, com a imagem do santo, dão três voltas ao seu redor. Nas mãos, velas de cera de abelha amarradas em varas. Cantam versos e dão loas aos santos, acompanhados de caixa, violão e zabumba. Os foguetes

14 Trabalho apresentado no GT Religião, Cultura e Identidade. Coord. Dra. Josildeth Gomes Consorte. XVII Reunião da ABA, Florianópolis-SC, 1990.

15 “500 Anos: Memória e Diversidade”. 44ª Reunião Anual da SBPC. Anais pp. 494, USP-SP, 1992.

comprados no comércio ou trazidos pelos mascates espoucam. Solenes, contritos, preparam o caminho para a chegada do Império de São Gonçalo do Amarante. A sussa é dançada ao pé do mastro. Dança-se para pagar promessa. Acompanham cantando versos xistosos e maliciosos (Turner, 1974), ao som da caixa, viola e pandeiros.

No dia 15 tem início o Império de São Gonçalo do Amarante. Durante a manhã, a partir das 7 horas, “aprontar” para as festividades. Enquanto os romeiros correm aos córregos para tomar banho, lavar as crianças e vestir roupas próprias para a ocasião, lavadas e passadas ou novas, a corte imperial apronta-se para o ritual que se aproxima: o imperador veste terno preto com camisa branca e uma coroa de metal dourado na cabeça, a rainha traja vestido longo de cetim branco e traz uma coroa de metal dourado com contas cobrindo a testa. Os príncipes (um menino e uma menina) são vestidos de branco. E, por fim, a corte, isto é, os familiares da rainha e do imperador – oito pessoas. Uma senhora carrega a sombrinha para a rainha. A corte também se veste de branco na casa do imperador. Seis mordomos, escolhidos entre as famílias participantes, distinguem-se dos demais portando panos (ou toalhas) pendurados no pescoço. Os mordomos servirão as bebidas, bolos e biscoitos da festa. As garrafas de bebidas, previamente ornamentadas com arranjos de papel, enfeitam a mesa de três metros, coberta com toalha branca.

Às 12 horas, o imperador e a rainha são buscados em casa e, em seguida, dirigem-se à capela (de taipa, pintada de branco).

O alferes da adaga (espada) faz sua saudação com a adaga ao imperador e à rainha por três vezes, em seguida o alferes da bandeira faz a saudação. Forma-se um quadrado de varas de madeira, ornamentadas de papel crepom de várias cores, com cerca de dez centímetros de diâmetro por quatro metros de comprimento, para abrigar a família real – o imperador e a rainha. Os participantes (romeiros e visitantes) não podem entrar no quadrado, que cumpre a função de proteger a corte até a capela onde irão saudar os santos. O cortejo solene, vagarosamente, dirige-se ao seu destino. Na porta da capela, param e novamente são saudados pelos dois alferes – o da adaga e o da bandeira –, por três vezes cada um. Há também uma saudação entre os alferes. O alferes da adaga corta os ares em frente ao da bandeira, que, por sua vez, eleva sua bandeira para a direita e a esquerda do alferes da adaga. A beleza cênica e estética, conjugada com a expressão e a postura da família real e

circunstantes, remete-nos a um passado de poder resguardado pela memória coletiva e reproduzido pelos homens.

Após permanecer por uma hora na capela, saem e são novamente homenageados pelos dois alferes, que, respectivamente, saúdam o imperador, a rainha e o cruzeiro em frente à capela. Uma multidão (mais de duzentas pessoas) segue o cortejo real até a casa. Na porta da capela, novas saudações, após o que entram e sentam-se com os príncipes em um banco, já reservado, em frente à mesa. Os mordomos servem vinho, pinga e café com bolos e biscoitos aos presentes – primeiro aos monarcas e à corte.

O Império de São Gonçalo do Amarante assemelha-se ao Auto dos Congos (Artur Ramos : s.d. 1, Câmara Cascudo, 1992) e lembra as cerimônias que em 1674 já se realizavam no Brasil, a coroação dos Reis do Congo eleitos pelos negros de variadas etnias que integravam as irmandades afro-católicas de Nossa Senhora do Rosário.

Na Festa do Moleque, o imperador e os festeiros de cada dia são sorteados anualmente. O compromisso de promessa permite que semelhante cargo possa ser ocupado por pessoas de outras comunidades, porém nascidas e descendentes das famílias antigas.

O cardápio da festa compõe-se de arroz e feijão com mistura (carne e toucinho salgado e preparado para a ocasião)

À festa comparecem grupos de idades, que se entrelaçam cada um em sua atividade: os jovens namoram, as crianças brincam e os velhos discutem os problemas em pauta. É um momento importante, no qual a sociedade do Moleque encontra os parentes e amigos dos outros “municípios”. Estabelecem-se as alianças, os casamentos e os negócios. Fortalece-se o poder político com a afirmação das lideranças. A prática religiosa que se afirma através das festas representa um sincretismo com elementos católicos-romanos e africanos. Ali se processa uma luta de símbolos, formando um sincretismo que reproduz o histórico e louva o ancestral e o próprio grupo ao nível das relações sociais: o imperador e a rainha confundem-se com a própria divindade, a sacralização do poder. Frazer (1982) analisou, em sua obra clássica *O ramo de ouro*, o aspecto religioso e mágico de instituições semelhantes. A sua essência consiste num rei-sacerdote, rei ritual – no nosso caso, o imperador, elevado a imperador-sacro, encarna a divindade. Estabelece-se o império sacro, que

dura três dias. O imperador tem o comportamento regulamentado e vê-se responsável pelas guloseimas e bebidas, bem como pelo leite.

Enfim, a Festa do Moleque encerra um ciclo de cerimoniais e ritos agrários (festejando o ano agrícola e solicitando fartura) iniciado em junho, ao término da colheita.

A festa, em seu sentido lato, reproduz a estrutura de poder hierárquico, ancestral (masculino e feminino), como também aviva os padrões normativos pelos quais as pessoas pautam as suas vidas – ritos de iniciação (namoro) e de passagem (casamento), homenagens aos anciãos.

No dia 17 de setembro as pessoas começam a volta às suas casas, usando animais como transporte, ou a pé. Assim, despedem-se aguardando um novo ano.

O grilo – a terra

Para os Kalunga, dois são os momentos de mudanças: 1942 – com a marcha para o oeste, proporcionou a expansão para o norte do estado de Goiás, a ocupação dos espaços –, e 1960 – mudança da capital federal para o território goiano, incrementando o sistema viário, as comunicações e o preço da terra. Assiste-se à entrada de gaúchos, paulistas e estrangeiros. A frente pioneira e econômica vai estabelecendo-se. Montam-se empresas mineradoras¹⁶ e agro-pastoris. Os Kalunga, perplexos, assistem à invasão do seu território ancestral por todos os lados, pela Contenda ou Bom Jardim, Moleque ou Almas, ou ainda Ribeirão dos Bois. A instituição do grilo, a grilagem,¹⁷ e a possível construção de uma hidrelétrica (Foz do Bezerra ou Boa Vista Furnas S.A. intransigilizam a população há já duas décadas: 1970-1995 grilagem; 1986-1995, hidrelétrica.

16 Até 1990 os processos protocolados no Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), perfaziam mais de duas dezenas, sendo que os principais são Mineração Canabrava, Araguaia Metais, Nobres, Mineração Leão Dourado, Brumadinho, Mineração Brasileira Ltda, Salomão Mineração Ltda, Grupo Toniolo etc.

17 Usurpação de terras ocupadas por posseiros ou proprietários sem defesa.

As primeiras denúncias partiram da Contenda.¹⁸ Define-se aí o rumo do Projeto Kalunga – Povo da Terra, que, de um projeto de pesquisa antropológica, amplia-se para a antropologia aplicada no compromisso do retorno às comunidades, com o propósito do resgate da memória histórica como suporte para afirmação de sua identidade. Desvendando e valorizando a história, ao mesmo tempo exercitando as pessoas para a liderança fora de seu território e para o confronto com a sociedade circundante; isto é, autoridades sociais, políticas e jurídicas.

A instituição da grilagem devasta o território Kalunga, apesar da primeira titulação coletiva (1985) para o domínio das terras. Perdem territórios ancestrais usados para o remanejamento do gado no período da seca. Campo Grande e Jacuba. Os grileiros penetram no Vão do Moleque (1970) e no Vão de Almas (1974).

No Ribeirão dos Bois (1978), cometem-se atrocidades, invasões, despejo dos moradores, queimas de casa, sevícias e mortes físicas e psíquicas. Após a titulação das terras da margem direita do Rio Paraná (1985), aumentam as invasões e pressões, na população, culminando com o despejo coletivo de 600 pessoas. Essa população sobrevive com o apoio dos núcleos que não foram atingidos, garimpendo e trabalhando para fazendeiros da região de Terezina de Goiás, Alto Paraíso (na Chapada dos Veadeiros) e Monte Alegre, e tem se posicionado ininterruptamente através da Associação Povo da Terra – APT¹⁹ e de seus vereadores.²⁰

18 Senhora Domingas Moreira, filha de Yápa Graciana, em 1982, relata que havia vendido a Serra da Contenda, pertencente aos Moreiras, posse centenária, inclusive a serra e as lavouras, por Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) e que recebera Cr\$ 10,00 “por conta do trato com o Senhor Ozire”. Fato esse que motivou solicitação de providências ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás – Idago, sob a presidência do Dr. Aldo Azevedo Soares (1983, arquivo). A 16 de agosto de 1983, a UFG (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação assina um termo de intenções com o Idago (A nexa). Dossiê Kalunga, 1988, entregue a Furnas S.A., Rio de Janeiro, setembro de 1988.

19 Para a organização da APT (1992) e montagem do seu estatuto, recorri a estudos e levantamentos realizados em dez anos (1982-1992). A partir da estrutura sócio-política dos Kalunga e contando com a colaboração de representantes dos cinco “municípios” e dos membros do Projeto Kalunga – Povo da Terra, realizei a redação final do estatuto que, após ser discutido em reuniões realizadas no Sucury (junho de 1992) com a presença do Ibama - GO, CNPT, Projeto Povo da Terra Kalunga – UFG, entre outros, é aprovado e publicado (Diário Oficial - 17/07/1992), outorgando aos Kalunga representação jurídica (anexo).

20 Hoje contam com dois vereadores eleitos para representar as comunidades do Sítio Histórico: José Dias (Vão do Moleque) e Esther Fernandes de Castro (Terezina de Goiás).

Após ações do governo estadual (1985), por solicitação do Projeto Kalunga, intermediando a comunidade, e a Lei do Sítio Histórico (1991), a situação na área modifica-se em parte, porém os empresários e fazendeiros continuam operando. A situação agrava-se com a pavimentação da BR-060, que veio promover o isolamento de alguns núcleos, facilitando as entradas e a devastação. Caso típico do Borrachudo, no município de Terezina de Goiás, onde as edificações foram derrubadas por trator no dia 2 de outubro de 1990. As estradas particulares ou municipais facilitaram o trânsito de estranhos no Sítio Histórico Kalunga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAIOCHI, Mari de Nasaré. *Negros de Cedro*. Estudo Antropológico de um Bairro Rural de Negros em Goiás. São Paulo: Ática, 1983.
- BAIOCHI, Mari de Nasaré. *Relatório Técnico Científico para Demarcação do Sítio Histórico*. UFG, 1990.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território Negro em Espaço Branco*. Brasiliense. Brasília-DF: 1988.
- BLANCO, Sojo Jesus. *Miguel Guacamaya Capitan de Cimarrones-Barvolento Siglo XVIII*. Caracas: Apigum, 1991. (Colección El Otro Discurso, 1)
- BORGES PEREIRA, João Batista. Estudos Antropológicos das Populações Negras na Universidade de São Paulo. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 24, 1981.
- CARNEIRO, Edison. *O Quilombo de Palmares*. 3 ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1966.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. [s.l.]: INL/MEC, 1972.
- FRAZER, Sir James George. *O Ramo de Ouro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- FREITAS, Décio. Palmares: *A Guerra dos Escravos*. Porto Alegre, [s. ed.]. 1973.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia de Quilombos*. São Paulo: 1992. (Série Princípios)
- GUIMARÃES, Carlos Magno. *Curso de Introdução à Arqueologia de Quilombos*. In: Seminário Nacional Sobre Sítios Históricos e Monumentos Negros, 2, 1992, Goiânia, [s. ed.], 1992.

- GUSMÃO, Neuza Maria Mendes de. *Campinho da Independência: um caso de proletarização Caiçara*. São Paulo, 1979. Tese. Pontifícia Universidade Católica (São Paulo), 1979.
- LEITE, Ilka Boaventura. Território de negros em área rural e urbana: algumas questões. In: *Textos e debates*. [s.p.] UFSC, 1990. v.1.
- MONTEIRO, Anita M. Q. Castainho. *Etnografia de um bairro rural em Pernambuco*. São Paulo: USP, 1995.
- QUEIROZ, Renato Da S. *Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de Antropologia Econômica*. São Paulo: FFLHC/USP, 1983.
- RAMOS, Artur. *O Folclore negro no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, [s.d.]
- RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 5. ed. São Paulo: 1977.
- TURNER, Victor N. *O Processo Ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VOGTH, Carlos; FRY, Peter. Ditos da Falange Africana do Cafundó e da Calunga do Patrocínio (ou de como fazer falando), *Revista Antropológica*, São Paulo, v.24, 1983.

ANEXO A
ASSOCIAÇÃO POVO DA TERRA

SÚMULA DO ESTATUTO

I – A Associação Povo da Terra organiza-se como órgão representativo da população do Sítio Histórico Kalunga (Lei 11.409), Contenda, Vão do Moleque, Vão de Almas, Ribeirão dos Bois e Kalunga, e como estrutura indispensável para dar continuidade ao desenvolvimento sustentado praticado por seus habitantes, como também para a preservação ambiental-cultural.

Sua duração será por tempo indeterminado.

II – Propõe-se à realização de programas, planos e projetos que viabilizem a existência biológica-cultural dos habitantes do Sítio Histórico e constitui-se em sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

III – É administrada por dois (2) Conselhos: Conselho de Representantes e Conselho dos Mais Velhos.

IV – O Estatuto poderá ser modificado por decisão da Reunião Geral.

V – A Associação representará juridicamente os seus associados.